



O seminário termina hoje, com uma visita a dois bairros.

Técnica pede estímulo às organizações populares

“As tentativas de ordenação do espaço urbano de Vitória, via Plano Diretor Urbano (PDU), são fraudadas. Todas as ações de planejamento urbano ficam ao nível técnico, sem respaldo político (tanto do lado do governo como do povo) para sua viabilização”. A afirmação é da coordenadora técnica do Instituto Jones Santos Neves (IJSN), Vera Maria Simoni Nascif, durante palestras ontem no Seminário sobre Legalização Fundiária em Áreas de Baixa Renda.

Vera Nascif fez uma palestra sobre “A Grande Vitória Além das Aparências”, destacando as transformações econômicas e o crescimento da região. Ela sugeriu ao governo estadual “estimular a organização autônoma dos movimentos populares, respeitando suas lideranças”. Ressaltou que “a participação popular na sociedade capitalista tem de ser conquistada pela população”.

MUDANÇAS

A coordenadora técnica do IJSN salientou que no início dos anos 60 a economia estadual era alicerçada na monocultura do café e as chamadas classes populares eram a grande massa de produtores rurais, empregados do comércio do café, funcionários públicos e pequenos comerciantes. “A partir de 1964 ocorreram mudanças profundas na economia do Espírito Santo, principalmente em decorrência da implantação de grandes empreendimentos industriais e portuários visando viabilizar o crescimento das exportações de produtos semimanufaturados”, afirmou.

Segundo Vera Nascif, a erradicação dos cafezais desestabilizou a pequena propriedade, estimulando o êxodo rural. Em 1970 existiam no Espírito Santo 70.712 propriedades rurais e em 1980 este número caiu para

57.277. E começou a surgir então a aglomeração urbana de Vitória — passando de 385 mil para 710 mil habitantes, enquanto os empreendimentos existentes não absorveram a mão-de-obra. “Para sobreviver, esses trabalhadores tiveram que se abrigar, principalmente, no setor de construção civil. Em 1979, uma pesquisa do Instituto Jones Santos Neves revelou que 47% da população da Grande Vitória eram de favelados (em 82 áreas com 262 mil habitantes). A partir da década de 70 surgem as invasões — “ressaltou Vera Nascif” — como um grave problema social e não como um problema de polícia.

“Sem rendimentos” — destacou — “para acesso aos conjuntos habitacionais ou até mesmo aluguéis, a população é empurrada aos terrenos de particulares, que vêm sendo estocados por uma minoria com objetivos claros de comercialização”.

Outra palestra realizada ontem durante o seminário foi a do coordenador regional do projeto “Cidades de Porte Médio”, Fabiano Santos de Campos. Além do histórico do programa, ele comentou que existiam alguns obstáculos que contribuíssem para retardar o andamento do subprojeto, como a substituição dos titulares das unidades executoras nos períodos pré e pós-eleitorais.

Está havendo, segundo ele, uma defasagem no repasse de recursos por parte do governo federal. Aconselhou as cidades que estão entrando no projeto a não confiarem apenas nas definições dos gabinetes técnicos sem antes auscultar e incorporar os anseios populares. “Ninguém melhor do que a população”, disse, “para definir as suas necessidades”. Hoje o Seminário sobre Legalização Fundiária em Áreas de Baixa Renda termina com uma visita dos participantes aos bairros carentes de Vitória: São Pedro e Maria Ortiz.